



## Índice

- 01** [Índios Xavantes trancam BR 158 e cobram pedágios em MT](#)
- 02** [Proposta que passa ao Congresso demarcação de terras indígenas será discutida na Câmara](#)
- 03** [Índios Xikrin fazem MPF/PA iniciar mais uma ação contra Norte Energia](#)
- 04** [Natura compra crédito de carbono de índios Suruí](#)
- 05** [Jayme Campos critica portaria que amplia demarcação de terras indígenas](#)
- 06** [Comissão discutirá atuação de missões religiosas em comunidades indígenas](#)
- 07** [Deputados discutem proposta que passa ao Congresso demarcação de terra indígena](#)
- 08** [Questões Indígenas: Causa inconfessável, por Kátia Abreu](#)
- 09** [Vídeo mostra como é a luta praticada pelos povos indígenas do Tocantins](#)
- 10** [Escritor munduruku diz que literatura indígena está crescendo no Brasil](#)



## **Índios Xavantes trancam BR 158 e cobram pedágios em MT**

SÍTIO COXIM AGORA, 10.09.2013

A BR-158 em frente a Aldeia Marawtsede dos índios Xavantes está parcialmente fechada pelos índios que estão cobrando pedágios de quem está usando a BR.

A informação obtida com exclusividade pelo Agência da Notícia, é de um motorista que passou com uma carreta hoje(10) de manhã. Ele contou a reportagem, que os índios exigiam que ele pagasse R\$ 200,00 de pedágio, ele explicou que não tinha o dinheiro, então os Xavantes pediram que desse óleo diesel, o tanque da carreta estaria praticamente vazio e o caminhoneiro ofereceu R\$ 50,00. "Era o dinheiro que eu tinha e tive que dar para os índios se não eles não deixariam que eu passasse, é uma situação humilhante", contou o motorista que disse ainda que os índios informaram que o dinheiro arrecadado seria para adquirir combustível e comida.

O motorista ainda denunciou ao Agência da Notícia que os índios estão armados com flechas e budurnas, alguns índios estariam escondidos próximo a BR-158. "A gente sabe que não dá pra brincar com índios e ainda mais eles armados, é claro que a gente fica com medo quando passa pelo local", contou o motorista.

Mas de acordo com informações de moradores próximo a Aldeia Xavante, todos os veículos estão sendo parados, nesta manhã de terça-feira (10), um ônibus foi parado pelos índios que entraram no veículo e cobraram pedágio individual dos passageiros, que ultrapassou R\$ 10,00 por Pessoa. Motos também estão sendo paradas.

Os bloqueios e as cobranças de pedágios estão se tornando frequente na região da Terra Indígena Marawtsede. Os índios também ameaçaram que a empresa Xavante que passa pela BR 158 fazendo o transporte de passageiros da região para a Capital Cuiabá e Goiás, não irá mais passar pela BR 158 na área de Reserva, a proibição segundo os índios vai começar em janeiro do próximo ano.

Vale lembrar que a cobrança de pedágio por índios é proibida segundo a Justiça.

O que estaria levando os índios a cobrar pedágios na BR 158 seria a falta de assistência aos índios por parte da FUNAI. De acordo com ex-moradores da Suiá Missú, os índios estariam passando fome. "A FUNAI usou os índios para pegar essa terra, mas ele simplesmente não tem como se manter nela, quando existia o Posto da Mata e os produtores que moravam na área, era comum doações de comidas inclusive para os índios que praticamente estavam a mercê, sem nenhuma atenção da FUNAI. E agora que não tem mais morador ali, eles estão tendo que fazer isso pra poder arrumar dinheiro para comprar comida.

Não dá pra se conformar, índios com mais de 165 mil hectares de terras que poderiam ser CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 165 / 2013

Brasília, 11 de setembro de 2013.

produtivas e são produtivas, ter que cobrar pedágio pra comprar comida, mas o índio não vive da caça e da pesca?” indagou uma ex-moradora que conversou com a reportagem do Agência da Notícia nesta manhã por telefone, mas que prefeitura manter o nome em sigilo por temer represálias.



## **Proposta que passa ao Congresso demarcação de terras indígenas será discutida na Câmara**

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 10.09.2013

Sob pressão da bancada ruralista, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse que vai criar até esta quarta-feira (12) uma comissão especial para discutir a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que retira do Executivo e repassa para o Legislativo a atribuição para demarcar as terras indígenas.

Segundo Eduardo Alves, a ideia não é criar uma praça de guerra, mas sim uma praça de entendimento. O governo e as lideranças indígenas são contrários ao texto da PEC.

O peemedebista disse que não vai aceitar nenhuma radicalização no debate. "Hoje o sistema de demarcação não satisfaz nem lideranças indígenas nem ruralistas. É uma reclamação de todos os lados", afirmou.

"Vamos aproveitar esse fórum para adequar a questão, chegar a um entendimento, e asseguro que nada radicalizado colocarei para votar. A comissão vai ter que ter comportamento ideal de entendimento com as correntes indígenas e ruralistas para chegarmos a um texto ideal", completou.

### **CONFLITO**

Atualmente, a demarcação é feita pela Funai (Fundação Nacional do Índio), antes da palavra final do Planalto. Os ruralistas querem tirar os poderes da fundação por acusá-la de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores.

Os indígenas também estão descontentes com o órgão e reclamam da demora nos processos de demarcação.

Planalto é contra a PEC e trabalha para evitar que esse debate ganhe força no Congresso por causa do peso da bancada ruralista, que podem impor derrotas ao governo em votações.

Quando ocorreu o aumento do conflito entre fazendeiros e índios, em maio, o governo acenou com mudanças nas demarcações. A ideia do Executivo é que o processo incluía a consulta a órgãos como os ministérios da Agricultura, Cidades e Desenvolvimento Agrário. Mas o Planalto não aceita repassar ao Legislativo a palavra final sobre as demarcações de terras indígenas.

Amanhã, a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) deve receber representantes dos ruralistas. Além dela, nas últimas semanas, o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) tem mantido conversas com líderes indígenas sobre as mudanças no sistema.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 165 / 2013

Brasília, 11 de setembro de 2013.

---

Segundo os produtores, o novo modelo já estaria pronto, mas o governo tem receio de apresentar as regras e receber críticas de organismos internacionais.



**Índios Xikrin fazem MPF/PA iniciar mais uma ação contra Norte Energia**  
SÍTIO AGÊNCIA CANALENERGIA, 10.09.2013

*De acordo com ação, impactos da obra da usina sobre rio em que habitam indígenas ainda não são conhecidos. Ibama, Funai e BNDES são arrolados em ação*

O Ministério Público Federal no Pará iniciou mais uma ação judicial contra irregularidades no projeto da hidrelétrica de Belo Monte (PA- 11.233 MW). De acordo com o MPF/PA, os índios Xikrin, moradores do rio Bacajá, tiveram seus direitos violados pela Norte Energia, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que iniciaram a obra sem medir os impactos que terá sobre eles. O Bacajá deságua no Xingu exatamente no trecho do rio que vai perder 80% da vazão, a Volta Grande do Xingu. Mas até agora, mesmo com previsão no licenciamento da obra, não foram esclarecidos os impactos sobre o ecossistema nem garantidas compensações aos índios.

Devido à ausência de previsão de impactos e compensações aos Xikrin, o MPF pediu à Justiça a suspensão da licença de instalação de Belo Monte até que a Norte Energia apresente conclusões sobre os impactos e compensações à população indígena. O MPF ainda pediu que o desvio da água do rio para as turbinas de Belo Monte, que forma o chamado trecho de vazão reduzida, seja proibido até que todas as compensações sejam implementadas em favor dos indígenas. A empresa e o BNDES podem ser obrigados a indenizar os índios pela demora em medir e compensar os impactos. Para o MPF, o BNDES é corresponsável pelos danos.

A Funai, no documento técnico que fundamentou a licença prévia de Belo Monte, determinou a realização de estudos complementares para examinar a possibilidade de assoreamento, diminuição de vazão e impactos sobre ictiofauna que podem comprometer as atividades de subsistência e comerciais e a locomoção das comunidades Xikrin. Quando a Norte Energia entregou os estudos complementares em maio de 2012, não constava a resposta a nenhum dos questionamentos da Funai.

Segundo a ação do MPF, não foi previsto qualquer impacto, nem estabeleceram mitigações ou compensações. Não se estudou a possibilidade de assoreamento, não foi abordada provável diminuição da vazão, não foram previstos os impactos sobre a ictiofauna, nem foi considerado o comprometimento das atividades pesqueiras dos Xikrin.

De acordo com os procuradores da República Felício Pontes Jr, Ubiratan Cazetta e Thais Santi, responsáveis pelo processo, dois anos após as obras, a situação do rio Bacajá e dos Xikrin permanece a mesma e há a incerteza quanto aos impactos que a construção de UHE Belo Monte.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 165 / 2013

Brasília, 11 de setembro de 2013.

Questionada pelo MPF sobre os temores dos índios, a Norte Energia respondeu que ela não se pronunciaria no que diz respeito às alegações de natureza genérica expostas nos documentos. Esta é a 19ª ação judicial que o MPF no Pará move contra irregularidades em Belo Monte.

## **Natura compra crédito de carbono de índios Suruí**

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 10.09.2013

*Natura compra crédito de carbono de índios Suruí e Rondônia ganha repercussão internacional*

Rondônia começou a despontar também no cenário internacional como um dos estados brasileiros de maior potencial de desenvolvimento econômico sustentável. Além das duas hidrelétricas de grande porte para geração de energia limpa na calha do Rio Madeira, na mesorregião de Porto Velho, a Natura, uma das gigantes do setor de cosméticos naturais do mundo, adquiriu, na manhã desta terça-feira (10) em Cacoal, as primeiras 120 toneladas de créditos de carbono, "sequestrados" da floresta pelo povo Suruí, no período de 2009 a 2012.



O povo PaiterSuruí conseguiu sequestrar até o momento 250 toneladas de carbono, dos quais a Natura comprou 120 toneladas. Segundo Almir, o seu povo tem ainda 130 toneladas que podem ser negociadas com outras empresas em igual situação. Até o fim do projeto, daqui a 20 anos, pretendem sequestrar um total de 7 milhões de toneladas de carbono.

O ato reuniu, na Câmara Municipal de Cacoal, o governador Confúcio Moura, a representante da Natura, Talia Bonfante, lideranças indígenas como o representante maior do povo PaiterSuruí, Almir Suruí, empresários e outros convidados.

Almir Suruí explicou que o "sequestro" do crédito de carbono para comercialização é feito da seguinte forma: "imagine uma empresa, uma fábrica, que gera muito gás carbônico e não consegue seguir as normas governamentais que proíbem o excesso de emissão. Pense em um

CONT.



povo indígena que preserva a floresta e suas matas ao ponto de poder garantir a produção de oxigênio, conhecida como 'sequestro de carbono', em uma quantidade tão grande que pode ser adquirida por aquela fábrica e repor a sua quota junto aos órgãos governamentais. É isso que a Natura está fazendo, comprando o que preservamos".

Para chegar até este momento histórico, o povo Suruí teve que superar inúmeras dificuldades desde que foram contactados pelo sertanista da Funai, Francisco Meireles, no dia 7 de setembro de 1969. Após serem surpreendidos com o que chamam de "incompreensível sociedade dos brancos", de terem que se adaptar ao novo relacionamento e de enfrentarem disputas territoriais com posseiros e garimpeiros, perceberam que somente usando a tecnologia do "branco" em substituição aos seus arcos e flechas, poderiam sobreviver e manter seu modo de vida e suas tradições.

Foi quando adotaram a tecnologia de georeferenciamento, internet, GPS e outras que serão utilizadas neste novo milênio. Abriram-se então as portas para um projeto autossustentável de 50 anos, que vai até 2030, em que os Surui passariam a usar sua maior arma paraprervação dos ecossistemas, a natureza preservada.

Instituições governamentais e não governamentais deram o apoio e o amparo tecnológico necessário, para que este momento chegasse. Almir suruí admite que "somos o primeiro povo indígena do mundo a fazer este tipo de negociação da forma correta, respeitando a natureza, os preceitos jurídicos, sociais e políticos".

O governador Confúcio afirmou que o "sequestro de carbono é um produto inovador. Eu pouco sabia a respeito, mas desde que passei a estudá-lo, percebi que podemos repicar este modelo de gestão do povo PaiterSurui, levando a experiência para os produtores rurais do nosso estado, em especial para os da agricultura familiar".

Essa iniciativa inovadora do povo Surui, segundo ainda o governador, em sua sabedoria e percepção avançada de gestão da natureza, marca o início concreto da sustentabilidade de todos os povos indígenas e das reservas florestais do planeta".

Confúcio agradeceu as palavras de Almir Surui, que frisou a coragem do governador em vir apoiando o projeto há 2 anos, e lembrou a força e a grandeza deste povo indígena quando resistiu bravamente às tentativas de invasão de suas terras e para mostrar ao mundo que a economia verde é hoje a principal moeda dos que moram na Amazônia. "Por isso somos vistos e respeitados em todo o mundo".

Ao encerrar, Confúcio Moura explicou que "os Surui não têm só este projeto ambiental, pois eles estarão lançando brevemente mais dois: o Moribei-Piná (em tradução livre: Renascer dos peixes) e o Mangab (Castanha), que são duas marcas certificadas que vão ganhar o mundo e promover a todos nós".

Fonte: Marco Aurélio Anconi

Foto: Marcos Freire



## **Jayme Campos critica portaria que amplia demarcação de terras indígenas**

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 10.09.2013

O senador Jayme Campos (DEM-MT) fez um alerta em Plenário nesta terça-feira (10) sobre a disposição do governo de ampliar a demarcação de terras indígenas no país. Segundo ele, o "furor demarcatório" não atende às necessidades dos povos indígenas nem protege os produtores rurais que ocupam áreas atualmente em conflito.

O senador criticou a Portaria 2.969 do Ministério da Justiça publicada no Diário Oficial da União (DOU) de segunda-feira (9) e que trata do aumento da demarcação de terras indígenas no Brasil. A norma detalha metas e objetivos do ministério para o Plano Plurianual 2012/2015, além da proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. Para isso, estabelece várias ações a serem adotadas pelo governo nos próximos anos.

Entre elas, disse o parlamentar, estão a constituição de oito reservas indígenas; a delimitação de 56 terras indígenas; a emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas; os estudos e localização de oito novas referências de povos indígenas isolados e a homologação da demarcação de 40 terras indígenas.

– O que fica para nós, parlamentares, para nossa bancada que tantas vezes se reuniu com o Poder Executivo para tratar deste assunto, é que nada pode ser feito para aplacar o furor demarcatório do governo, que não protege os índios nem respeita o direito de proprietários. Além de não solucionar os impasses do passado, o governo apenas anuncia o agravamento da situação para o futuro – afirmou.

Jayme Campos defendeu que o Congresso Nacional deveria participar do processo de demarcação de terras indígenas e sugeriu a aprovação dos inúmeros projetos de lei em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados abordando o assunto.

O senador explicou que, em seu estado as terras a serem demarcadas são ocupadas por trabalhadores dos mais diferentes pontos do país que se reuniram no Mato Grosso para produzir e desenvolver a região. O senador contou que essas pessoas compraram as propriedades com dificuldade e, expulsos do local, ficam sem ter para onde ir, vivendo em acampamentos às margens das rodovias. O parlamentar também criticou o uso das forças de segurança nacional para expulsar os trabalhadores da região.

– Essa portaria será perniciosa e continuará alimentando a tensão no campo. O governo tem de promover é a segurança jurídica entre os produtores rurais. E o Congresso Nacional também tem essa obrigação – defendeu ele.

Jayme Campos assegurou que não é contrário aos povos indígenas, mas que eles precisam, antes de tudo, de saúde, educação e de serem tratados com dignidade.

Da Redação

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



---

**Comissão discutirá atuação de missões religiosas em comunidades indígenas**

SÍTIO PSB40, 10.09.2013

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias promove audiência pública nesta quarta-feira (11) para discutir a atuação de instituições religiosas entre os povos indígenas. O debate será realizado às 14 horas, no Plenário 9.

O deputado Pastor Eurico (PSB-PE), que propôs a audiência, afirma que entidades governamentais têm impedido a continuidade do trabalho de missões religiosas, especialmente as católicas e evangélicas, nas comunidades indígenas.

“Cabe a esta comissão debater a melhor forma de participação dessas instituições religiosas em detrimento do que permite a legislação brasileira sobre o tema”, diz o parlamentar.

Foram convidados:

- a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati;
- o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Cléber César Buzatto;
- o presidente do Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas (Conplei), Henrique Terena; e
- o coordenador de Pesquisa do Departamento de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Missões (AMTB), Ronaldo Almeida Lidório.



---

**Deputados discutem proposta que passa ao Congresso demarcação de terra indígena**  
SÍTIO GAZETA DO POVO, 10.09.2013

*O governo e as lideranças indígenas são contrários ao texto da PEC*

Sob pressão da bancada ruralista, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse que vai criar até amanhã uma comissão especial para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que retira do Executivo e repassa para o Legislativo a atribuição para demarcar as terras indígenas. Segundo Eduardo Alves, a ideia não é criar uma praça de guerra, mas sim uma praça de entendimento. O governo e as lideranças indígenas são contrários ao texto da PEC.

O peemedebista disse que não vai aceitar nenhuma radicalização no debate. "Hoje o sistema de demarcação não satisfaz nem lideranças indígenas nem ruralistas. É uma reclamação de todos os lados", afirmou. "Vamos aproveitar esse fórum para adequar a questão, chegar a um entendimento, e asseguro que nada radicalizado colocarei para votar. A comissão vai ter que ter comportamento ideal de entendimento com as correntes indígenas e ruralistas para chegarmos a um texto ideal", completou.

#### Conflito

Atualmente, a demarcação é feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai), antes da palavra final do Planalto. Os ruralistas querem tirar os poderes da fundação por acusá-la de fraudar laudos e inflar conflitos entre índios e produtores. Os indígenas também estão descontentes com o órgão e reclamam da demora nos processos de demarcação.

Planalto é contra a PEC e trabalha para evitar que esse debate ganhe força no Congresso por causa do peso da bancada ruralista, que podem impor derrotas ao governo em votações.

Quando ocorreu o aumento do conflito entre fazendeiros e índios, em maio, o governo acenou com mudanças nas demarcações. A ideia do Executivo é que o processo inclua a consulta a órgãos como os ministérios da Agricultura, Cidades e Desenvolvimento Agrário. Mas o Planalto não aceita repassar ao Legislativo a palavra final sobre as demarcações de terras indígenas.

Nesta quarta-feira, a ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) deve receber representantes dos ruralistas. Além dela, nas últimas semanas, o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) tem mantido conversas com líderes indígenas sobre as mudanças no sistema. Segundo os produtores, o novo modelo já estaria pronto, mas o governo tem receio de apresentar as regras e receber críticas de organismos internacionais.



**Questões Indígenas: Causa inconfessável, por Kátia Abreu**

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 10.09.2013

Kátia Abreu é Presidente da CNA e Senadora (PSD-TO).

É improvável que, na agenda social brasileira, haja causa mais santificada que a indígena. São mais de 100 mil ONGs, a maioria estrangeira, associadas a dois organismos ligados à Igreja Católica: o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Sua ação e objetivos não têm nada a ver com religião. Exercem notória militância política, de cunho ideológico, sob a inspiração da Teologia da Libertação, de fundo marxista.

Agem associados à Funai (Fundação Nacional do Índio), por sua vez aparelhada por antropólogos que compartilham a mesma ideologia.

Há um forte paradoxo nesse cenário: com tantos e tão poderosos defensores, os índios deveriam ser os cidadãos mais bem cuidados do país. E, infelizmente, não são.

O que se vê, no noticiário propagado pelas próprias ONGs, são índios com problemas de nutrição, alcoolismo, gravidez na adolescência, sem escola ou em isolamento. Questões que são verdadeiras, mas que não dependem de terra, e sim de assistência social.

Além das ONGs e de instituições como o Cimi e a CPT, há dois órgãos estatais voltados para a defesa dos índios: a já citada Funai e a Funasa, incumbida da saúde e da ação sanitária nas tribos. Nenhum cidadão dispõe de tal aparato. Que, no entanto, não funciona. É de estranhar por que Cimi, CPT e ONGs são regamente financiados por organizações internacionais.

Como esses financiamentos se destinam a melhorar a vida dos índios? De esta não melhora, é espantoso que os financiadores não promovam auditorias para averiguar o que ocorre. A menos, claro, que as benfeitorias se meçam pelo número de hectares invadidos, pondo em risco uma das agriculturas mais competitivas do mundo, sustentáculo há décadas da economia brasileira.

Se assim for, como parece ser, o serviço está magnificamente prestado. Só nos sete primeiros meses deste ano, houve 105 invasões de propriedades produtivas, devidamente tituladas, algumas há mais de um século. Há 190 conflitos instalados, e, somente em Mato Grosso do Sul e na Bahia, há 147 propriedades já ocupadas pelos índios. Funai e Advocacia-Geral da União, segundo os jornais, recusam-se a obedecer a decisões judiciais de reintegração de posse.

Os benfeitores dos índios, regamente financiados, elegeram há anos o bode expiatório ideal para as mazelas daqueles brasileiros: os produtores rurais, a maioria de pequeno porte. Seriam as terras destinadas à agricultura a causa do sofrimento dos índios? Quem quiser que

CONT.



tire suas conclusões: os índios brasileiros dispõem de extensão de terra de dar inveja a muitos países.

As áreas indígenas, com pouco mais de 500 mil habitantes, ocupam 109,6 milhões de hectares (13% do país). Nos EUA, esse índice é de 5,72%; na Austrália, é de 4,72%; no Canadá, de 0,26%. O problema, portanto, não é de terras: é de gestão e de má-fé.

Nos últimos 18 anos, a média de demarcação de terras para os índios é grande parte produtiva e, na maioria, de pequenos produtores foi de 3,2 milhões de hectares/ano. Mantido esse ritmo, a área de produção agrícola estaria fortemente comprometida em alguns anos.

Para reagir ao avanço dessas invasões, apresentei ao Senado projeto de lei que suspende processos demarcatórios de terras indígenas sobre propriedades invadidas pelos dois anos seguintes à sua desocupação.

O que se esconde por trás de tudo isso é algo simples: guerra comercial. Os financiadores são de países que competem com a agricultura brasileira e que cobiçam nossas riquezas minerais e vegetais. São os mesmos que, reiteradamente, defendem que essa parte do território nacional deve ser cedida, e os brasileiros índios, transformados em nações independentes na ONU.

Consideram, assim, mais fácil se apossar de nossas riquezas, dando às lideranças indígenas não os espelinhos com que os conquistadores portugueses os encantavam, mas jatinhos, laptops e automóveis, fazendo da miséria dos demais estandarte de um lobby ultrajante, que denigre a imagem externa do Brasil.

É do mais alto interesse nacional e sobretudo do interesse dos próprios índios saber quanto, de onde vêm e como são gastos os milhões de dólares que sustentam a ação deletéria dessas organizações, que fazem dos índios escudos humanos de uma causa inconfessável.

Fonte: FPA



---

**Vídeo mostra como é a luta praticada pelos povos indígenas do Tocantins**

SÍTIO CEDEFES, 10.09.2013

*Festa da Independência dos Povos Indígenas acontece na Ilha do Bananal. Evento, que reúne indígenas do TO e MT, é realizado durante dois dias.*

Um dos destaques entre os esportes disputados na Festa da Independência dos Povos Indígenas, que acontece na Ilha do Bananal, no sudoeste do Tocantins, é luta corporal. A modalidade praticada pelos índios privilegia a força do competidor, tanto que o uso das pernas só é permitido para tentar derrubar o adversário, jamais para chutar. A luta se desenvolve principalmente com o tronco e os braços, o que exige muito esforço. Um confronto só acaba quando um dos índios consegue derrubar o outro com as costas no chão, golpe semelhante ao ippon no judô. A correspondente especial do G1 no evento na Ilha do Bananal, Elisangela Farias, gravou um vídeo (ao lado) que mostra como é a modalidade.

Participam desta edição da festa crianças, jovens, adultos e idosos dos povos xerente, javaé, karajá xambioá, avacanoeiro e tapirapê (essa última do Mato Grosso). A Festa da Independência começou na sexta-feira (6) e termina neste sábado (7). A Ilha do Bananal, considerada a maior ilha fluvial do mundo, possui cerca de 20 mil quilômetros quadrados de extensão e abriga cinco mil indígenas em 22 aldeias, sendo 13 javaés e nove karajás.



---

**Escritor munduruku diz que literatura indígena está crescendo no Brasil**

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 10.09.2013

*De acordo com Daniel, existe hoje no Brasil uma literatura escrita na própria língua dos povos indígenas, que fica mais restrita às comunidades*

Publicação: 10/09/2013 16:49 Atualização: 10/09/2013 16:48

Graduado em filosofia, história e psicologia, com doutorado em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em literatura pela Universidade Federal de São Carlos, o escritor Daniel Munduruku disse nesta terça-feira (10/9) à Agência Brasil que a literatura indígena se encontra em plena ascensão no país.

De acordo com Daniel, hoje, no Brasil, existe uma literatura escrita na própria língua dos povos indígenas, que fica mais restrita às comunidades, porque tem um número limitado de leitores. "Não é um livro comercial", explicou. Por outro lado, existe outro grupo de escritores que estão produzindo comercialmente livros para serem adotados nas escolas não indígenas brasileiras.

Com base nesse dado, ele informou que há hoje, no país, em torno de 35 autores indígenas que estão publicando regularmente suas obras, alguns com muitos títulos e outros ainda iniciando sua produção. "O mercado hoje tem mais de 100 títulos escritos por autores indígenas. É um número expressivo", disse.

Nascido em Belém, em 28 de fevereiro de 1964, e pertencente à etnia indígena mundurucu, Daniel é um exemplo do espaço que a literatura étnica indígena assumiu no país. Dedicado principalmente à literatura infantil, ele tem 43 livros publicados por diversas editoras. Atualmente, Daniel vive em Lorena (SP), onde é membro da academia de letras local.

Leia mais notícias em Brasil

Segundo informou, até há cerca de 15 anos atrás, não havia esse movimento literário indígena no Brasil. "Tudo foi construído nesses últimos 15 anos e houve, sim, muitas vitórias e conquistas nesse período todo, haja vista a demanda que existe hoje pela literatura indígena e por autores indígenas".

Daniel Munduruku avaliou que a Lei 11.645/2008, que estabeleceu a obrigatoriedade de as escolas brasileiras públicas e privadas trabalharem a temática indígena em todo o currículo, desde o ensino fundamental até o médio, contribuiu para impulsionar essa produção literária.

"Isso fez com que houvesse um interesse maior por parte das editoras na parte da produção e, é claro, isso demandou, da parte do governo, a aquisição de livros sobre essa temática indígena para enviar às escolas". O crescimento foi tão grande, disse Munduruku, que os



**Boletim de Notícias** - Edição nº 165 / 2013

Brasília, 11 de setembro de 2013.

próprios indígenas que escrevem “não conseguem dar conta, tamanha a demanda que está hoje nos solicitando”.

Daniel reconheceu que “ainda se percebe muito no país a repetição do estereótipo”, mas acredita que a aproximação entre os escritores indígenas e o restante da população contribui para desmistificar ideias errôneas sobre os povos indígenas e eliminar preconceitos. “A gente tem trabalhado nessa direção”. Explicou que, quando o movimento literário indígena teve início, os autores queriam ajudar o Brasil a se conhecer e a repensar sua própria identidade.